



## **ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE ITANHAÉM**

- Aos dois dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, realizou-se a reunião extraordinária do Conselho de Alimentação Escolar de Itanhaém – CAE, na sala um do Centro de Treinamento e Capacitação, nas dependências da Secretaria de Educação. Estiveram presentes a presidente Heloisa Regazzo Pereira e as conselheiras Lucimara Luiza dos Santos Ambrósio, Aline de Souza Ricardo Carreira, Sônia Cristina de Oliveira e Sandra Galvão Branco Spiess, bem como a representante da Sala dos Conselhos, Raiza Goldszmidt de Andrade. Justificaram a ausência as conselheiras Cassandra Roberta de S. P. Ferro e Monique Priscila Belo dos Santos. Participaram como convidadas Josana Bastos e Michelle Sgorlon, representantes do Programa Saúde na Escola – PSE.

A presidente Heloisa apresentou a pauta da reunião, que teve como objetivo discutir ações conjuntas entre o CAE e as secretarias de Saúde e Educação para o aprimoramento da alimentação infantil, com ênfase na primeira infância, em casos de patologias e seletividades alimentares, e na integração com o Programa Saúde na Escola (PSE).

Josana iniciou sua fala, relatando o aumento de casos de intolerância à lactose, seletividade alimentar (principalmente entre crianças com Transtorno do Espectro Autista – TEA), restrições religiosas (como carne suína), alergias (ex.: ao ovo) e doenças crônicas, como diabetes tipo 2. Em muitos casos, a seletividade alimentar relatada decorre de hábitos familiares impostos, o que exige atenção das equipes pedagógicas e nutricionais. Citou-se um caso grave de desnutrição de uma criança do Maternal II, que chegou a rejeitar até mesmo água. Após acompanhamento da equipe escolar, nutricional e familiar, constatou-se que a criança se alimentava exclusivamente de macarrão instantâneo, o que levou a um quadro grave de desnutrição, exigindo internação hospitalar. Com o envolvimento multiprofissional, a alimentação da criança foi gradualmente restabelecida.

Foi discutida a necessidade de uma atuação intersetorial contínua, bem como a integração efetiva com o PSE, cuja execução local enfrentou muitas dificuldades estruturais, como a ausência de equipe dedicada aos registros no sistema e-SUS. Com a recente reestruturação do comitê gestor do PSE, foram iniciadas rotinas quinzenais de planejamento e registro de ações, visando à melhoria dos indicadores municipais.



Destacou-se a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, em especial: ODS 3: Saúde e Bem-Estar e a ODS 4: Educação de Qualidade. Foi levantada a hipótese de que dificuldades de aprendizagem possam estar relacionadas a problemas de saúde não diagnosticados, como visão ou audição, que passam despercebidos na rotina escolar. Por isso, reforçou-se a necessidade de articulação entre escola e saúde.

Foram propostas as seguintes ações: Fortalecer a articulação entre CAE, PSE e secretarias de Saúde e Educação, criando protocolos de escuta e diagnóstico alimentar nas escolas; Promover encontros com as famílias para desmistificar a seletividade alimentar e amplificar o conhecimento da rede municipal sobre o PSE e seus instrumentos de apoio.

Discutiu-se o uso dos sachês de micronutrientes, considerados úteis em casos específicos de desnutrição, embora não representem a realidade da maioria dos alunos da rede. A necessidade de diálogo contínuo com a Secretaria de Saúde sobre o uso desses recursos foi destacada.

Abordou-se a inexistência de um fluxo efetivo de encaminhamento entre escolas e serviços de saúde. Muitos casos sinalizados pelas equipes escolares não têm retorno das unidades de saúde. Propôs-se a criação de um fluxo intersetorial com etapas e prazos definidos. Sugeriu-se a realização de oficinas conjuntas entre profissionais da educação e da saúde, abordando temas como desenvolvimento infantil, nutrição, escuta qualificada e saúde preventiva. Destacou-se a importância de retomar práticas preventivas já realizadas anteriormente, como pesagem sistemática e teste de acuidade visual, por professores e voluntários capacitados. Foi apontada a carência de um prontuário compartilhado entre as secretarias, o que dificulta o acompanhamento contínuo das crianças. Sugeriu-se, portanto, a criação de um prontuário intersetorial simplificado e viável legal e tecnicamente.

Foi ressaltada a importância da vacinação escolar como estratégia coletiva. Muitas crianças não são vacinadas por falta de engajamento familiar. Sugeriu-se reforçar a conferência da caderneta vacinal na matrícula/rematrícula e no meio do ano, alinhando-se ao cronograma nacional.

Abordou-se a quebra na qualidade da alimentação ao transitar da creche para os anos iniciais, com substituição de alimentos naturais por ultraprocessados. Destacou-se a necessidade de revisar os critérios de distribuição alimentar por etapa de ensino,



observando as diretrizes do PNAE e o direito à alimentação saudável. Ficou consensuado que cada unidade escolar possui demandas distintas e que o tratamento padronizado pode inviabilizar essas diferenças.

A presidente Heloisa agradeceu a presença de todos os participantes, reforçando a relevância do CAE como espaço de escuta qualificada.

Nada mais havendo a tratar, eu, Sônia Cristina de Oliveira, redigi a presente ata, que segue assinada pelos presentes.

**Itanhaém, 02 de julho de 2025.**

   